

ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – BENEFÍCIOS PARA TODOS

Viviane Panelli Sarraf¹

RESUMO

O presente artigo apresenta informações contextuais, conceitos, diretrizes e reflexões sobre os direitos culturais das pessoas com deficiência; e propõe uma definição de alguns parâmetros sobre o conceito de Acessibilidade Cultural, relacionando-os com as práticas de Mediação e Comunicação Sensorial atualmente realizadas por instituições culturais brasileiras e estrangeiras. Além disso, este texto discute a prática da Curadoria Acessível como estratégia de elaboração de projetos culturais participativos, por meio da apresentação de fundamentos teóricos e empíricos atuais.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência. Direitos Culturais. Acessibilidade Cultural. Curadoria Acessível. Projetos Participativos.

ABSTRACT

The present article “Cultural Accessibility for People with Disabilities - benefits for all” presents contextual information, concepts, guidelines and proposes reflections about the cultural rights of people with disabilities; proposes a definition and some parameters on the concept of Cultural Accessibility and its relations with the Mediation and Sensorial Communication practices currently performed by Brazilian and foreign cultural institutions and discusses the practice of Accessible Curatorship, as a strategy for the design of participatory cultural projects, through the presentation of current theoretical and empirical foundations.

Keywords: People with Disabilities. Cultural Rights. Cultural Accessibility. Accessible Curatorship. Participatory Projects.

¹ Pós-Doutora em Museologia pela USP e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP; Diretora-Fundadora da Museus Acessíveis; e Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa de Acessibilidade em Museus (GEPAM). E-mails: vsarraf@gmail.com (assuntos acadêmicos) e viviane@museusacessiveis.com (assuntos profissionais)

DIREITOS CULTURAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O acesso à cultura é um direito do cidadão. A Declaração Internacional de Direitos Humanos (1948), documento de referência para garantia dos direitos do homem, afirma, no artigo 27, que: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”. Isso significa que todos os indivíduos, independentemente de sua origem, classe social, experiência prévia, condição congênita, aquisição de deficiência ou quaisquer outros fatores socioeconômicos que os identifiquem como minorias, têm o direito de usufruir das manifestações e bens culturais.

Nesse sentido, promover a acessibilidade nos espaços culturais para pessoas com deficiência e novos públicos e propiciar a eles o protagonismo é trabalhar pela garantia do direito de participação de todo ser-humano na vida cultural da comunidade.

As adequações promovidas pelo conceito de acessibilidade não são necessidades exclusivas das pessoas com deficiência física, visual, auditiva, múltipla e intelectual; pelo contrário, a maioria dos resultados das adequações acessíveis nas diversas esferas dos ambientes, produtos e serviços traz benefícios para toda a comunidade. Um exemplo bastante evidente é a substituição de degraus por rampas em ambientes com desnível – essa solução, além de tornar o espaço acessível para as pessoas em cadeiras de rodas, facilita a locomoção de pessoas idosas ou com mobilidade reduzida, adultos com carrinhos de bebê e pessoas com carrinhos de compra ou de transporte de materiais, por exemplo.

O conceito de acessibilidade universal está originalmente relacionado à concepção de ambientes, serviços e produtos que considerem o uso de todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais e intelectuais.

Na Norma Brasileira de Acessibilidade – NBR 9050, documento regulamentado pelas leis de inclusão e acessibilidade brasileiras desde a década de 1990, o conceito de acessibilidade é definido como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, NBR 9050, 2015, p. 2)

Entretanto, com todas as conquistas sociais, filosóficas e éticas do Movimento Internacional de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência podemos afirmar que esse conceito não está ligado somente a condições de acesso e compreensão. A acessibilidade extrapola a dimensão técnica e passa a simbolizar um conjunto de direitos e de qualidade de vida indispensável no desenvolvimento da pessoa com deficiência. Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão de 2015 propõe uma nova definição para o conceito: “Acessibilidade é o direito que garante à pessoa com deficiência viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (LBI, 2015, artigo 53).

No universo da cultura, podemos afirmar a existência de um conceito de Acessibilidade Cultural que pressupõe que os espaços públicos e privados que acolhem os diferentes tipos de produção cultural como exposições, espetáculos, audiovisual, cursos, oficinas, eventos e todos os demais tipos de ofertas, devem oferecer um conjunto de adequações, medidas e atitudes que proporcionem bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para pessoas com deficiência, beneficiando públicos diversos.

Para que os espaços culturais sejam plenamente acessíveis, é necessário criar e adequar espaços, serviços e produtos que promovam oportunidades equitativas para todos os públicos, independentemente da condição física, comunicacional e intelectual das pessoas.

Dentro desse universo, precisamos sempre considerar as pessoas com deficiência como público alvo beneficiário principal, uma vez que esses são os indivíduos que demandam mais adequações e mudanças nos espaços, serviços e produtos culturais. Entretanto, outras pessoas com condições físicas, comunicacionais, intelectuais e psíquicas permanentes ou temporárias singulares também são beneficiados pelas adequações de acessibilidade.

Para viabilizar tais adequações e parâmetros de forma que sejam incorporados progressivamente na política de atuação das instituições, além de conhecer e aplicar as diretrizes presentes na legislação e nas normas nacionais e internacionais, é necessário desenvolver estratégias para que a linguagem das manifestações culturais consideradas diferentes formas de fruição cultural e novos parâmetros de formação de público em constante mudança. Apesar de ser uma diretriz muito recente, algumas instituições começaram a desenvolver ações dessa natureza, como o Instituto Itaú Cultural, em São Paulo, que organizou, por meio de seu Comitê de Acessibilidade (composto por colaboradores de diversas áreas do próprio instituto), uma edição do evento interno “Café com Libras” (sensibilização sobre acessibilidade para público surdo e com deficiência auditiva), destinada aos curadores das exposições realizadas no ano de 2016; e o centro

cultural Oi Futuro, no Rio de Janeiro, que realizou em 2017 um curso de formação em Acessibilidade Cultural para a equipe de educação e de comunicação e para produtores culturais ganhadores do edital de ocupação do espaço.²

Durante muitos séculos, as manifestações e ações culturais foram destinadas quase exclusivamente para indivíduos adultos, com nível intelectual alto, locomoção e percepção integral (sem limitações visuais, auditivas, intelectuais e físicas). Mas, nas últimas décadas, principalmente após a primeira metade do século XX, o surgimento de um novo público de cultura, com perfis e faixas etárias diferentes, deficiências e diferenças, trouxe novos desafios para essa área.

O desenvolvimento de ações de acessibilidade para pessoas com deficiência e novos públicos em espaços e produções culturais é uma demanda que vem se tornando cada vez mais presente no universo da cultura. Museus, teatros, salas de cinema, centros culturais e casas de espetáculos espalhados pelos cinco continentes, dos mais conhecidos aos recém-abertos, passaram a considerar as pessoas com deficiência, os idosos, as famílias com bebês e crianças pequenas, as pessoas com doenças graves e sofrimento psíquico como parte importante de seu público; e, para garantir o acolhimento e a fidelização dessas pessoas, esses lugares passaram a propor novas formas de concepção de espaços, estratégias de comunicação e mediação que tornem suas ofertas mais equitativas.

ACESSIBILIDADE CULTURAL, MEDIAÇÃO E COMUNICAÇÃO SENSORIAL

Para que as instituições culturais sejam universalmente acessíveis, elas devem oferecer a todos os visitantes pleno acesso aos seus espaços e conteúdos, independentemente das condições sociais, sensoriais, cognitivas ou físicas dessas pessoas.

O conceito de acessibilidade é muito abrangente. Em um momento inicial do surgimento do termo, no âmbito do Movimento Internacional de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência, na década de 1980, foi compreendido como eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas de um espaço construído. Posteriormente, foi definido como possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento de produtos e serviços gerais. Atualmente, a acessibilidade é compreendida como direito de vida independente, exercício de direitos de cidadania e participação social.

No âmbito do acesso aos espaços e ações culturais, a acessibilidade

² Conheço essas ações por ter participado como debatedora e como formadora dos eventos a convite das instituições.

deve ser considerada de forma universal para que as pessoas com deficiência e outros públicos sejam beneficiados por novas concepções que melhorem o acesso físico, comunicativo, informacional, atitudinal e a fruição para garantir experiências inclusivas e que corroborem com a diversidade cultural e humana.

O Manual de Accesibilidad e Inclusión en Museos y Lugares del Patrimonio Cultural y Natural, organizado por Antonio Espinosa Ruiz e Carmina Bonmatí Lledó³, do Vilamuseu, Vila Joiosa, Espanha – um dos museus de maior referência em acessibilidade do mundo – apresenta uma reflexão bastante pertinente em relação à insegurança que a aplicação dos princípios de acessibilidade nos espaços e produções culturais pode causar em gestores e profissionais pouco familiarizados com o tema.

Muitos profissionais de museus têm algumas ideias equivocadas sobre a aplicação integral da acessibilidade. Questões como: É mais caro? Vai alterar meu estilo de design? Vai complicar minha gestão? Pode ser prejudicial ou menos cômoda para os visitantes normais?

Mas o que é um visitante normal? Se algo que caracteriza a sociedade é precisamente sua diversidade, que é a norma e não a exceção da dimensão humana. Assim, não se trata de integrar no museu os que são diferentes, mas partir do pressuposto de que todos somos, todos temos capacidades e necessidades diferentes. (RUIZ Y LLEDÓ, 2013, p. 19, tradução nossa)

No universo cultural brasileiro, recentemente foi criado o termo “Acessibilidade Cultural”, que já ganhou algumas definições por diferentes autores. Na minha definição⁴, Acessibilidade Cultural é “um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem estar, acolhimento e acesso a fruição cultural para pessoas com deficiência beneficiando públicos diversos” (LOURENÇO; FARES; RODRIGUES; VIDAL; SARRAF, SARRAF, 2014,2016 p.93)

Para que a Acessibilidade Cultural deixe de ser uma promessa eterna ou uma preocupação sem solução factível no discurso dos gestores e produtores e transforme-se em uma condição inerente à produção cultural, é necessário considerar medidas que respeitem e garantam os direitos culturais das pessoas com deficiência, a importância de sua participação na criação de ofertas acessíveis e considerem o Desenho Universal na adequação de ambientes, produtos e serviços.

3 Diretor e Responsável pelo Departamento de Educação e Ação Cultural do Vilamuseu.

4 Criada em 2014, por demanda de alunos da disciplina, Acessibilidade em Museus, que ministrei no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo.

O Desenho Universal é um conceito criado por um grupo de engenheiros e arquitetos, liderado por Ron Mace nos Estados Unidos da América, na década de 1970. O Desenho Universal propõe que os produtos e ambientes sejam criados e adequados para serem usados por todos os indivíduos sem necessidade de adaptação ou recurso exclusivo para pessoas com deficiência.

O Desenho Universal como parâmetro para o desenvolvimento de medidas que garantam o acesso para todos os públicos dos espaços e ações culturais permite que as adequações físicas, comunicacionais, atitudinais, de fruição e a criação de novas estratégias de atração de público sejam adequadas para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade, ou habilidades. Os princípios desse conceito consideram uma escala larga de preferências e de habilidades individuais e sensoriais dos usuários para que qualquer ambiente ou produto possa ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do corpo, postura, mobilidade, aptidões sensoriais e intelectuais do indivíduo.

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A ideia é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços, serviços e produtos. (CARLETTTO; CAMBIAGHI, 2008)

Podemos exemplificar os benefícios empíricos do Desenho Universal usado na adequação de ambientes, produtos e serviços culturais, para benefício de pessoas com deficiência, idosos, crianças pequenas e outros indivíduos, com as seguintes constatações:

- As adequações físicas, como rampas, elevadores, pavimentos sem degraus, passagens e portas mais largas, altura de balcões mais baixa e sanitários maiores, beneficiam as famílias com bebês e crianças pequenas e pessoas com dificuldade de locomoção temporária e proporcionam um percurso ergonômico para todos os indivíduos.
- As adequações de comunicação, como legendas em português em filmes e vídeos, audiodescrição, materiais de mediação multissensoriais, guias de visitação auditivos e multimídia, melhoram as visitas de crianças em fase de alfabetização, de imigrantes que ainda não são fluentes na língua portuguesa e de pessoas que possuem diferentes formas de conhecer o patrimônio cultural.
- A eliminação de barreiras de atitude nas formas de relacionamento

com o público contribui para um ambiente mais acolhedor e convidativo para todos os visitantes, independentemente de suas diferenças sociais e preferências individuais.

Figuras 1 e 2: “Projeto Educativo para Todos” com recursos de comunicação sensorial e acessibilidade baseada na Mediação Sensorial e Desenho Universal – Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte, Minas Gerais.

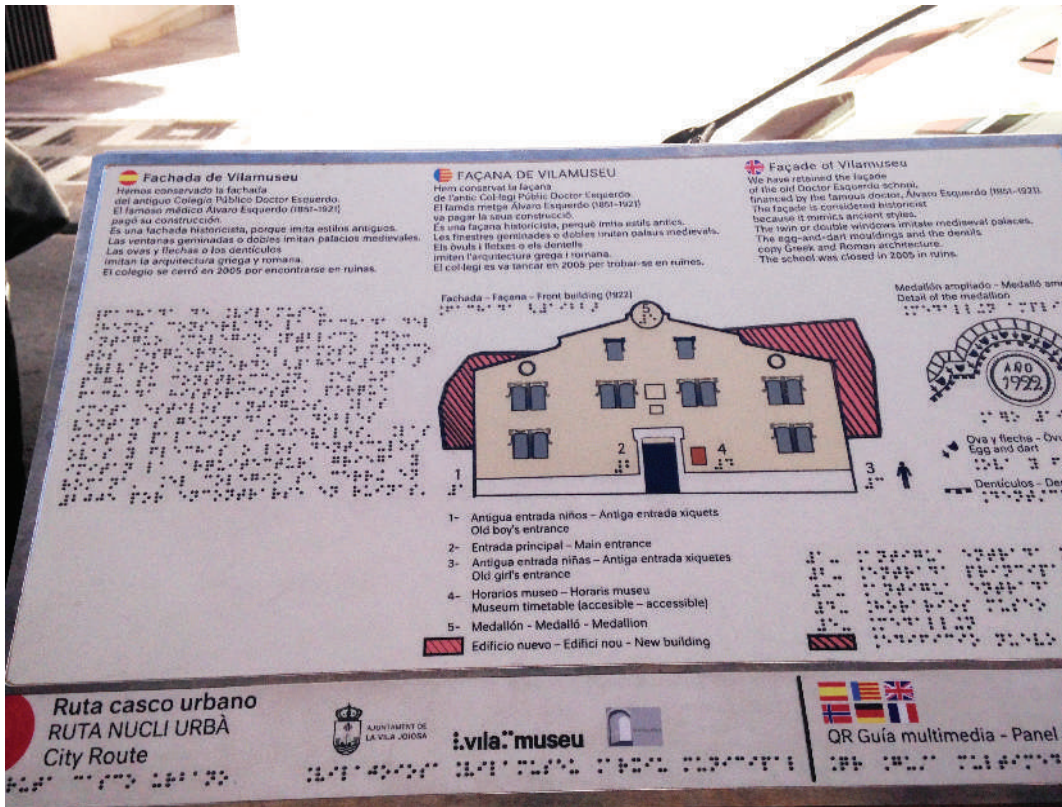


Crédito de Imagens: Viviane P. Sarraf, 2016.

Além do espaço (museu, centro cultural, casa de espetáculo, teatro, cinema, monumento e espaços abertos) que acolhe as coleções e produções culturais diversas, é necessário garantir que o público tenha opções acessíveis nos serviços e produtos do entorno, necessários para sua informação e locomoção. Para, isso devemos considerar todas as formas de acesso ao local onde ocorre a oferta, como: a informação sobre os recursos de acessibilidade oferecidos em canais de comunicação diversos (websites, releases, convites acessíveis, folhetos, divulgação em redes sociais); o percurso de chegada e as condições de acessibilidade no entorno, como opções de transporte, alimentação, estacionamento; e presença de outras ofertas culturais nas imediações.

Figuras 3, 4 e 5- Entrada livre de barreiras do Vilamuseu, com fachada histórica e tombada, painel de rua com informações sobre a fachada histórica acessível em relevo, braille e diferentes idiomas com acesso por QRCode e área de recepção com guarda-volumes acessível. Vilamuseu - Vila Joiosa - Espanha.





Crédito de Imagem: Viviane P. Sarraf, 2016.

Podemos citar como exemplo de disseminação da informação sobre as ofertas de acessibilidade nos espaços culturais da cidade de São Paulo

o Guia de Acessibilidade Cultural da Cidade de São Paulo, um projeto criado pelo Instituto Mara Gabrilli com o objetivo de reunir e divulgar os recursos e ofertas acessíveis para pessoas com deficiência, pois muitos desses espaços não sabiam como tornar pública essa informação de forma eficiente. As pessoas podem acessar o guia pela internet e pesquisar os espaços culturais por região geográfica ou por tipo de oferta (cinemas, teatros, centros culturais, bibliotecas, museus e casas de espetáculos). Cada espaço conta com uma avaliação completa que informa se há acessibilidade para pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual e física e descreve os serviços e adequações disponíveis.⁵

Uma instituição cultural que deseja ser referência em Acessibilidade Cultural deve atender toda a diversidade de públicos em todas as suas ofertas. Nesse sentido, as áreas de curadoria, ação educativa, programas comunitários e comunicação têm papel-chave na construção de estratégias de acesso intelectual ao conteúdo das produções culturais como exposições, espetáculos, cursos, seminários e oficinas.

Não basta que profissionais de arquitetura, cenografia, design de exposições e ambientes culturais eliminem as barreiras físicas dos espaços. A eliminação das barreiras comunicacionais, de fruição e atitudinais são atribuições dos produtores, diretores, curadores, artistas, mediadores de oficinas, programadores e educadores, pois esses profissionais possuem conhecimentos e experiências que permitem propor, criar e desenvolver manifestações, discursos, recursos e atividades de mediação acessíveis e multissensoriais que permitam a fruição para os vários sentidos de percepção.

A interação multissensorial com as produções, exposições, espetáculos e ações educativas apresenta benefícios que se estendem a outros visitantes, que podem utilizar suas diferentes percepções para fruir das manifestações culturais.

Mesmo sabendo que nós, seres humanos, percebemos o mundo por meio de todos os nossos sentidos e temos diferentes habilidades, as manifestações, produções e estratégias de mediação cultural permanecem explorando excessivamente a visão e a capacidade intelectual, deixando de lado toda a riqueza de relações que podem ser estabelecidas de maneira acessível e inclusiva, sem discriminações condicionadas às capacidades dos indivíduos.

No caso do público com deficiência, muitos indivíduos só conseguem ter acesso às manifestações culturais e propostas de mediação por meio

⁵ O Guia de Acessibilidade Cultural da Cidade de São Paulo está disponível em: <<http://acessibilidadecultural.com.br/>>.

de recursos de comunicação e atividades educativas concebidas especialmente para suas necessidades. Como exemplos, podemos citar os recursos adequados de acesso às produções culturais para pessoas com diferentes deficiências:

- Pessoas cegas e com baixa visão: audiodescrição, transcrição de textos em Braille ou caracteres ampliados com alto contraste, recursos táteis e multissensoriais, sinalização tátil e ampliada.
- Pessoas surdas e com deficiência auditiva: tradução em Libras, legendas em português e estenotipia⁶.
- Pessoas com Surdocegueira: transcrição de textos em Braille, estenotipia Braille, recursos táteis e multissensoriais e acompanhamento de Guia-Intérprete.
- Pessoas com deficiência intelectual: textos redigidos sob o código de Leitura Fácil⁷, atividades práticas com recursos sensoriais e oficinas criativas.
- Pessoas com transtorno do espectro autista: ambiente tranquilo, silencioso, com equilíbrio de estímulos sensoriais e com poucas pessoas. Informações oferecidas de forma escalonada.

Entretanto, para eliminar as barreiras de acesso à fruição das produções culturais, é necessário o uso de criatividade, de recursos multissensoriais, multimodais e formas de comunicação alternativas, para que sejam encontradas soluções que beneficiem todos os públicos e progressivamente dispensem as adequações exclusivas. Na prática significa, por exemplo, elaborar uma exposição, independentemente de sua temática e conteúdo, com eliminação de barreiras físicas (mobiliário e layout acessíveis a pessoas em cadeira de rodas, mobilidade reduzida e baixa estatura); com recursos táteis e sensoriais; com textos em leitura fácil com caracteres ampliados e alto contraste; com vídeos com legendas em português e janela de Libras; e ambientes com equilíbrio de estímulos sensoriais (sons, luzes, projeções) integrados ao projeto expositivo. Em uma iniciativa com essas características, é possível garantir o acesso das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, perdas sensoriais, transtornos de desenvolvimento e convívio, dificuldades de aprendizagem, beneficiando o público geral.

6 Técnica de digitação que consiste em registrar depoimentos, audiências, debates, palestras por escrito/digitalizado com a mesma velocidade em que é falado e simultaneamente. Para isso, utiliza o estenótipo, um teclado especial com 24 teclas. Essas teclas podem ser batidas ao mesmo tempo, oferecendo uma infinidade de combinações.

7 Diretrizes para escrita de textos, proposta pela Inclusion Europe, que considera as dificuldades de leitura de pessoas com deficiência intelectual, problemas de aprendizagem, deficiência auditiva, pouca formação, crianças e idosos. O Código de Ética de Leitura Fácil está disponível em <<http://www.plenainclusion.org/>>.

Figuras 6, 7, 8 e 9- Exposições com projeto expográfico e recursos de mediação acessíveis para todos os visitantes. Diálogos Ausentes e Ocupação Cartola - Itaú Cultural, Esculturas Táteis - Museu Lasar Segall e Centro de Memória Dorina Nowill. São Paulo, Brasil.





Crédito de Imagens: Viviane P. Sarraf, 2015 e 2016 e Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2013.

A formação de público é um dos principais desafios dos espaços culturais e da produção cultural e tem como agravante a crise econômica, política e educacional que o Brasil enfrenta nesse momento (de 2013 até o presente). A Acessibilidade Cultural, nesse contexto, pode ser uma aliada nas inovações necessárias e na reinvenção da produção cultural, criando espaços acolhedores e ergonômicos, discursos mais democráticos e recursos de comunicação e mediação multissensoriais que consideram novos públicos e novas formas de acessar e fruir espaços, serviços e produtos culturais.

CURADORIA ACESSÍVEL⁸ COMO SOLUÇÃO PARTICIPATIVA

A criação de projetos e propostas com Curadoria Acessível é uma alternativa inovadora e com resultados de amplo alcance, que tem se mostrado exitosa no desenvolvimento de ações de Acessibilidade Cultural nas instituições e junto aos produtores culturais.

Nesse contexto, consideramos “Curadorias Acessíveis” aquelas que desenvolvem projetos culturais com participação efetiva de representantes do público alvo destinatário, em todas as etapas criativas, decisivas e na produção das ações, com objetivo de criar novas linguagens e estratégias de fruição sob o ponto de vista do usuário.

A Curadoria Acessível de caráter participativo é uma prática bem recente que vem se desenvolvendo pioneiramente em instituições museológicas e em centros culturais com vocação para exposições, mas também já vem sendo utilizada em projetos de oficinas e produtos culturais.

Nos museus e centros culturais a proposta de desenvolvimento de uma metodologia de curadoria acessível por meio da participação de indivíduos representantes de um perfil de público específico emerge da necessidade de criar vínculos de pertencimento com esses indivíduos, com o objetivo de possibilitar a criação de sentidos para o patrimônio cultural em seu desenvolvimento cultural e humano.

Já existe um tímido conjunto de museus, exposições e programas de ação educativa criado com a participação efetiva de indivíduos representantes dos novos públicos de cultura, como pessoas com deficiência, idosos, crianças pequenas, jovens, populações do entorno ou comunidade e os povos nativos (no Brasil, as etnias indígenas).

⁸ Terminologia e definição criadas por mim e utilizada como título de minha pesquisa de Pós-Doutorado *Curadorias Acessíveis: propostas de exposição e extroversão centradas na relação de diferentes públicos com o patrimônio cultural*, desenvolvida entre 2013 e 2016, no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo.

Nessas ações, representantes desses públicos trabalham em conjunto com os profissionais dos espaços culturais, compartilhando responsabilidades e decisões. Essa é uma forma inusitada de promover aproximação e obter mais informações sobre esses visitantes. Os projetos de exposição, ação educativa, criação de museus, banco de memória oral e outros tipos de propostas de preservação do patrimônio cultural resultantes dessa abordagem concretizam as diretrizes da Acessibilidade Cultural, atendendo às necessidades e aos anseios dos públicos alvo das ações e ampliando os resultados para outros públicos.

As instituições que promovem o envolvimento do público nos procedimentos museológicos de pesquisa, coleta, salvaguarda e ação cultural até então reservados unicamente ao conhecimento e tomada de decisão de profissionais altamente especializados admitem que os indivíduos que formam seu público possuem conhecimentos e habilidades válidas para auxiliá-los a preservar e comunicar o patrimônio cultural, que, por sua vez, pertence à comunidade. É uma nova postura, que investe nos benefícios de compartilhar o poder de decisão sobre o que é patrimônio e como apresentá-lo aos seus pares, levando em consideração os conhecimentos de indivíduos da sociedade.

No Plano Setorial de Museus⁹, é possível encontrar várias afirmações que dizem respeito à garantia dos direitos de acesso e participação da sociedade na construção do patrimônio.

Sobre a participação de membros da comunidade nos processos de curadoria de coleções e ações culturais, o documento afirma que é necessário promover a “Consolidação de estratégias de exposição e comunicação que conjuguem mostras itinerantes e utilização de meios midiáticos comunitários que promovam a interação com a população, inclusive no processo de elaboração da exposição” (PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS, 2010).

A dimensão participativa nas práticas curatoriais traz como benefício a fidelização e formação de novos públicos, que potencializam a função social dos espaços e produções culturais, colaborando com o desenvolvimento do pertencimento, com a criação de sentidos e com o uso e apropriação de seus ambientes e resultados para finalidades de convívio, lazer e crescimento cultural.

A seguir, apresentaremos e analisaremos brevemente três projetos de Curadoria Acessível, com participação de pessoas com deficiência na concepção e produção, realizados recentemente no Brasil e na Inglaterra.

⁹ Integra o Plano Nacional de Cultura e foi redigido e monitorado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), um dos órgãos pertencentes ao Ministério da Cultura.

Os projetos escolhidos para mostrar os resultados positivos da Curadoria Acessível foram realizados com diferentes tipos de produção cultural: programa de ação educativa, exposição de arte contemporânea e cinema, em museus e centros culturais, por iniciativa de profissionais, artistas e coletivos de artistas e ações sociais.

PROGRAMA DEFICIENTE RESIDENTE - MUSEU DO FUTEBOL (SÃO PAULO, BRASIL)

O programa de residência para pessoas com deficiência intitulado Deficiente Residente foi criado em 2010, um ano após a inauguração do Museu do Futebol, pelos então coordenadores do programa educativo Laerte Machado e Ialê Cardoso. O projeto foi elaborado para atender às demandas da equipe de educadores que solicitavam mais oportunidades de formação para atendimento aos visitantes com diferentes deficiências e atividades que proporcionassem um convívio mais intensivo com representantes desse público. Segundo Ialê Cardoso, o programa tinha como objetivo inicial “aprender melhor como lidar, construir relações sólidas com público com deficiência e aumentar os recursos acessíveis oferecidos na primeira versão do Programa de Acessibilidade do Museu do Futebol (PAMF)”. (CARDOSO, registro de entrevista em áudio, 2015)¹⁰

Até 2015, o Museu do Futebol promoveu cinco edições do Programa, convidando a cada ano representantes do público de pessoas com deficiência: cegos e pessoas com baixa visão, surdos, pessoas com deficiência intelectual, pessoas com deficiência física e pessoas com sofrimento psíquico. Em 2016, o Programa realizou um ano de balanço e avaliação, convidando os residentes das edições anteriores para voltarem ao Museu e avaliarem os resultados dos primeiros cinco anos do projeto. Em 2017, houve uma nova proposta de residência, com público de terceira idade.

Cada edição do Deficiente Residente contou com a participação de dois colaboradores remunerados, selecionados por meio de edital, que trabalharam durante um semestre com as equipes de educação e atendimento ao público. Durante esse período, avaliaram os recursos e estratégias de acessibilidade existentes no Museu e criaram propostas, recursos e atividades acessíveis para serem utilizados em visitas e eventos para diferentes públicos.

Os resultados do Programa excederam os objetivos iniciais: os residentes surdos ofereceram um curso básico de Libras; os residentes com deficiência intelectual propuseram conversas sobre relacionamento e

10 Entrevista concedida por ocasião da pesquisa de Pós Doutorado “Curadorias Acessíveis” no ano de 2015 durante a realização de visita técnica ao Museu do Futebol .

comunicação com seus pares; os participantes com deficiência física criaram jogos e atividades que podem ser facilmente usados por pessoas com diferentes disposições físicas.

A primeira edição, realizada em 2010, que contou a participação de pessoas com deficiência visual, somou resultados que extrapolaram a eliminação de barreiras atitudinais e criação de novos recursos e atividades acessíveis. Os questionamentos e discussões suscitados pelos residentes inspiraram o ex-curador do Museu, Leonel Kaz, a criar uma exposição sobre diferentes maneiras de perceber o jogo de futebol. A mostra temporária, intitulada “Olhar com outro olhar”, apresentou algumas modalidades de jogo de futebol adaptadas para cegos, como o Futebol de Cinco, com diferentes propostas de fruição por meio dos sentidos do tato, audição e sinestesia e com diferentes formas de comunicação como audiodescrição, Libras e escrita Braille. Todos os visitantes eram desafiados a conhecer a exposição com vendas nos olhos e se orientado pela rota de piso tátil.

EXPOSIÇÃO AUTO AGENTS¹¹ - BLUECOAT LIVERPOOL CENTRE FOR CONTEMPORARY ARTS (LIVERPOOL, INGLATERRA)

Auto Agents foi uma exposição temporária realizada no final de 2016 no Centro Cultural Bluecoat, com curadoria do coletivo “AaA”, formado por cinco pessoas com deficiência intelectual em parceria com a artista e ativista Jade French. A proposta da curadoria apresentava discussões sobre o significado de ser independente ao tomar suas próprias decisões, discussão presente nas propostas do coletivo, provenientes de suas experiências em torno da falta de escolha e excesso de controle comuns ao cotidiano das pessoas com deficiência intelectual.

A exposição contou com uma seleção de obras de arte contemporânea de artistas ingleses e apresentou novos trabalhos de artistas do estúdio The Royal Standard, em Liverpool, comissionados pelos curadores: uma obra de arte interativa de James Harper que possibilitava aos espectadores controlar uma escultura por meio de vários mecanismos independentes; e um livro desenhado por Mark Simmonds de edição limitada, que apresentava várias formas de leitura e possibilidades de interação nas páginas impressas.

A proposta de exposição com curadoria acessível integrou as atividades empíricas da pesquisa de doutorado de Jade French na Universidade de Leeds.

O projeto teve uma repercussão muito boa e chegou a gerar interesse da mídia espontânea, com reportagens locais enfatizando a temática da

11 Informações, imagens e link para sobre a exposição disponíveis no site da pesquisadora, artista e escritora Jade French : <<http://www.jade-french.com/auto-agents.html>>.

curadoria sobre o direito de escolha e decisão das pessoas com deficiência intelectual, um tema polêmico e de difícil discussão na sociedade.

OFICINA DE CINEMA ACESSÍVEL – SESC VILA MARIANA

A Oficina de Cinema Acessível¹², concebida pelo Coletivo Grão de Arte e Cidadania, foi realizada entre abril e junho de 2017, no SESC Vila Mariana, em São Paulo.

O Grão¹³ é um coletivo de artistas e educadores que trabalha, desde 2012, no desenvolvimento de uma metodologia de criação de diálogos estéticos significativos.

O projeto teve como objetivo investigar a construção de uma obra cinematográfica acessível ao público com deficiência visual e auditiva, sem o uso de tecnologias assistivas como audiodescrição, janela de Libras e legenda para surdos e ensurdecidos (LSE) ou Closed Caption¹⁴ como única solução de acessibilidade comunicacional possível.

O processo de seleção de candidatos foi aberto para pessoas com e sem deficiência, ou como o próprio coletivo afirma: “pessoas com diferentes identidades sensoriais” (Coletivo Grão, 2017 - Página do Facebook e página do SESC Vila Mariana/Divulgação da Oficina). O curso tinha 40 vagas distribuídas em 2 módulos concomitantes: 20 vagas para o Módulo Técnico destinadas aos interessados em noções de roteiro, gravação de imagem e som, iluminação e montagem; e 20 vagas para o Módulo de Interpretação destinadas aos interessados em noções de construção de personagem e interpretação para a câmera.

Durante o curso, foi criado, produzido e filmado um filme de longa metragem intitulado “De Escuros e Silêncios”¹⁵, uma releitura do clássico Romeu e Julieta, de William Shakespeare. O fechamento da oficina, em junho de 2017, consistiu em uma exibição do filme, no Teatro do Sesc Vila Mariana, com bate-papo sobre o processo criativo com os participantes.

Essa iniciativa, pioneira no Brasil, propôs-se a refletir sobre e criar estratégias para considerar as diferentes formas de fruição e comunicação de pessoas com deficiências sensoriais na linguagem das produções audiovisuais. Essa é uma discussão polêmica, que não costuma gerar empatia e com escassas propostas empíricas no universo do cinema e do teatro, pois

12 Informações sobre a oficina disponíveis no endereço: <https://www.sescsp.org.br/aulas/116596_CINEMA+ACESSIVEL>.

13 Informação presente na página do Coletivo Grão no Facebook: <<https://www.facebook.com/graoarteecidadania/?fref=mentions>>.

14 Legendas em português, que, além dos diálogos convencionais, nomeiem os personagens dos diálogos e falas e forneçam informações sobre sonoplastia e trilha sonora.

15 Trailer do filme disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YhpVFg4zW8I&feature=youtu.be>>.

ainda existe uma barreira atitudinal relacionada à criação autoral individual, de difícil superação nessa área.

CONCLUSÕES FINAIS

Considerando as informações e análises apresentadas neste artigo e o atual cenário das produções e espaços culturais, podemos afirmar que desde o início do século 21 ocorreu um grande crescimento da oferta de ações culturais acessíveis em espaços de todo o país e também da conscientização de gestores e profissionais da área em relação à importância da promoção da inclusão cultural das pessoas com deficiência e dos benefícios que a Acessibilidade Cultural proporciona aos demais públicos usuários dos equipamentos e projetos culturais.

Podemos também constatar que existe uma consciência por parte de gestores, profissionais, artistas, produtores e curadores em relação à necessidade de oferecer recursos mínimos de acessibilidade às pessoas com deficiência em produções culturais. Os profissionais que não tiveram a oportunidade de participar de projetos culturais acessíveis têm mostrado uma postura bastante positiva e colaborativa para escutar, aprender, observar e propor soluções acessíveis que, em muitos casos, são de grande relevância.

Entretanto, ainda carecemos de políticas públicas que viabilizem ações de formação, acesso à informação, incentivo financeiro e divulgação, a fim de que profissionais e gestores de órgãos públicos e privados tenham oportunidades e adquiram conhecimento suficiente para desenvolver propostas acessíveis. As políticas institucionais também devem ser desenvolvidas e regulamentadas para que não ocorra nenhum retrocesso ou paralisação das ações de acessibilidade existentes nos espaços culturais, mesmo com o enfrentamento de crises financeiras e políticas.

A participação de pessoas com deficiência e de representantes de novos públicos em propostas de curadorias acessíveis resulta na mudança das linguagens e dos modelos tradicionais de produção, possibilitando conhecimento e o diálogo com as necessidades e anseios desses indivíduos por meio do protagonismo e da criação de novos projetos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050*: Norma Brasileira 9050-Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

CARDOSO, I. P.; CONTINELLI, M.; MENDE, T. O. Deficiente Residente: uma experiência atitudinal. In: CURY, M. X. *Fronteiras Regionais e Perspectivas Nacionais: Seminário Interdisciplinar em Museologia*. Blumenau: Fundação Hermann Hering, 2014.

CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. *Desenho universal: um conceito para todos*. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS (1948). Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em: maio. 2013.

FRENCH, J. *Auto Agents* Disponível em: <<http://www.jade-french.com/auto-agents.html>> Acesso em: set. 2017.

GRÃO COLETIVO DE ARTE E CIDADANIA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/graoartecidadania/?fref=mentions>>. Acesso em: set. 2017.

INSTITUTE FOR HUMAN CENTERED DESIGN (2012). Our history. Disponível em: <<http://humancentereddesign.org/about-us/our-history>>. Acesso em: jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. *Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020*. Brasília, DF, MinC/Ibram. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, de 2015. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: set. 2017.

LOURENÇO, M. F.; FARES, D. C.; Rodrigues, J. KISTLER, F. L. V., SARRAF, V. P. *Estudo exploratório sobre o acesso aos museus da Universidade de São Paulo*. Revista Museologia e Patrimônio (Vol 9) n. 1, 2016.

RUIZ, A. E.; LLEDÓ, C. B. *Manual de accesibilidad e inclusión em museos y lugares del patrimonio cultural y natural*. Asturias: Ediciones Trea, 2013.

SARRAF, V. P. *Acessibilidade em Espaços Culturais: mediação e comunicação sensorial*. São Paulo: EDUC – FAPESP, 2015.

SARRAF, V. P. *Cultura acessível: curadoria, comunicação e formação de público* (texto da palestrante). São Paulo: Itaú Cultural e Centro de Memória Bunge, 2015. Publicado no website do Itaú Cultural. Disponível em:

<<http://www.itaucultural.org.br/texto-introdutorio-ao-curso-das-jornadas-culturais-do-mes-setembro-cultura-acessivel-curadoria-comunicacao-e-formacao-de-publico>>.

Acesso em: set. 2017.

SARRAF, V. P.; BRUNO, M. C. O. Cultural Heritage, Participation and Access. *Museum International*, v. 65, p. 93-105, 2015.

SARRAF, V. P.; BRUNO, M. C. O. Curadorias Acessíveis: Participação e Acesso ao Patrimônio Cultural. Anais (recurso eletrônico). 2º Seminário Brasileiro de Museologia./ v.2, (GT 2, GT 12, GT 16 e GT 22), Recife, PE, museu do Homem do Nordeste, 16 a 20 de novembro de 2015. p. 35-55

SARRAF, V. P. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, E.; CUTY, J. (Org.). *Acessibilidade em Ambientes Culturais*. Porto Alegre: Marca Visual, v. 01, 2012, p. 60-79.

SARRAF, V. P. Acessibilidade em espaços culturais: acessibilidade cultural na prática. *Guia de Acessibilidade Cultural/SP*. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2014, v. 2. Disponível em: <<http://acessibilidadecultural.com.br/artigos/artigo.php?id=423&/acessibilidade-em-espacos-culturais-acessibilidade-cultural-na-pratica>>. Acesso em: set. 2017.

SESC SÃO PAULO. *Ações para a cidadania-Cinema Acessível* (2017). Disponível em <https://www.secsp.org.br/aulas/116596_CINEMA+ACESSIVEL>. Acesso em: set. 2017.